

# Arinos defendendo a estatização

Classificando o empresariado de "fraco", ele justifica um Estado forte.

O presidente da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, Afonso Arinos, disse ontem no Rio que "não há soluções para os graves problemas nacionais sem uma ação vigorosa, justa e intervencionista do Estado brasileiro", confirmando assim as previsões feitas pelo J T e O Estado, sobre a tendência estatizante da comissão.

Afonso Arinos classificou de "fraco" o empresariado brasileiro para orientar e "influenciar decisivamente nas soluções de graves problemas nacionais, como os do trabalho, do salário, da habitação, da saúde, da concentração urbana e da terra, entre outros".

## Capítulo vergonhoso

O professor defendeu seu partido, a extinta União Democrática Nacional (UDN), que classificou de "o mais vigoroso e combativo, o mais democrático", acrescentando que o PMDB "está discutindo para ter emprego em Brasília". E fez um alerta aos demais membros da Comissão:

"Se a comissão fracassar em sua missão de elaborar um anteprojeto de Constituição, este será um dos capítulos mais vergonhosos da história política da República". Ele falou sobre o destino da comissão durante os debates se ela deve ou não realizar reuniões no município fluminense de Petrópolis, a partir do dia 29 próximo.

Ao responder à pergunta sobre a possibilidade de as reuniões em Itaipava, já confirmadas, causarem maiores despesas para o governo federal, o jurista assegurou que isso não vai ocorrer, pois serão realizadas no Centro de Treinamento do Ministério das Minas e Energia. Mas certamente haverá maior despesa, pois a comissão ofereceu transporte aos seus representantes que tiveram de se deslocar para o Rio durante uma ou duas semanas.

Sobre as críticas da imprensa à comissão, Afonso Arinos disse, demonstrando certa animosidade: "Eu estou acostumado com estas críticas, e não dou bola para elas".

## Militares

Quanto à missão constitucional das Forças Armadas, o presidente da comissão explicou que "a expressão 'lei e ordem', que se pretende sejam garantidas no Brasil pelas Forças Armadas, é uma expressão que é usada habitualmente nos Estados Unidos, e que quer dizer 'A ordem submetida à lei', ao contrário de 'toda interpretação que é feita no Brasil'". O ex-chanceler assinalou, ainda, que as Forças Armadas têm responsabilidades também no que diz respeito à ordem interna.

"Claro que têm, pois quando chega ao Estado de Emergência e Estado de Sítio, previstos em documento aprovado pela Comissão Provisória de Estudos Constitucio-

nais, para quem se apela, a não ser para as Forças Armadas? Você acha que eu vou apelar para a Escola de Samba da Mangueira?"

## Críticas à imprensa

Já o advogado José Afonso da Silva afirmou, ainda na primeira parte da reunião de ontem, pela manhã, da comissão, que "seria muito sério se a imprensa começasse a pedir a dissolução da comissão, como fez, em editorial, o jornal O Estado de S. Paulo". Ele ressaltou que "se não se puder cumprir adequadamente a missão, não se deve continuar nesta comissão".

Enquanto alguns dos membros da comissão argumentaram que não seria válido o deslocamento para Itaipava, onde a partir de 29 próximo serão realizadas novas reuniões, o professor Ferro Costa apelou para "o sentimento de honra ao compromisso".

Outro membro da comissão, professor Hélio Santos, frisou que o eventual ponto de vista de um jornal não vai impedir os membros da comissão de cumprirem o seu dever, e a contribuição que ela vai deixar para a Nação "é exatamente aquela que caberia à classe política e aos partidos políticos e que não a estão realizando".

Já o reverendo Guilhermino Cunha preferiu criticar a imprensa, e, indiretamente o Jornal do

Brasil, pela entrevista que publicou do presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e membro da comissão, Luiz Eulálio de Bueno Vidigal Filho. Para o reverendo, "a interpretação que os repórteres dão às matérias que são tratadas pela comissão não corresponde e elas deveriam ser baseadas em dados da própria comissão".

Por sua vez o professor Orlando Carvalho criticou a "tendência estatizante" da comissão, que procura dar novos encargos ao Estado sem apontar os meios pelos quais ele poderá cumprir novas tarefas.

"Nós estamos estatizando a vida brasileira e não damos ao Estado condições de assumir estes encargos".

Isso contradiz o espírito da Nova República. Estamos votando tudo isso, a meu ver, de uma forma um pouco leviana", salientou. MARCELO



Sarney e os ministros militares nas comemorações da Batalha do Riachuelo; coesão em torno da polémica.

# OS MILITARES

"Seremos os tarefeiros dos nossos interesses"

O ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, pretende trabalhar "política e inteligentemente" e, se necessário junto a cada constituinte, com o intuito de evitar que o futuro texto constitucional sofra alterações, a exemplo do que ocorreu com o anteprojeto apresentado pela Comissão Afonso Arinos.

"Vamos fazer todas as coisas que podem ser feitas em um regime democrático." "Seremos os tarefeiros dos nossos interesses", enfatizou o general Leônidas Pires, ao referir-se ao ponto considerado primordial pelos militares, no atual e futuro texto constitucional: a responsabilidade das Forças Armadas na manutenção da lei e da ordem.

Embora, paradoxalmente, o ministro considere que o atual texto, elaborado pela Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, traz implícita a manutenção da lei e da ordem, quando faz referência à garantia dos poderes constitucionais, não recua na sua pretensão de evitar a todo custo mudanças no capítulo das Forças Armadas.

"Eu acho que o texto histórico, além de respeitável é muito apropriado para nosso País. As Forças Armadas nunca foram intrusas na História do Brasil. Elas foram instrumentos da vontade nacional", salientou.

Em sua entrevista dada ontem durante coquetel realizado no Grupamento dos Fuzileiros Navais, por ocasião de entrega de comendas da "Ordem Tamandaré", o ministro do Exército foi farto em palavras para argumentar sobre a necessidade de se manter o mesmo texto constitucional "de há cem anos".

"Se as coisas desejadas são as mesmas e se está implícito na garantia dos poderes constitucionais a manutenção da lei e da ordem, eu prefiro que fiquem consignados os termos históricos", declarou o ministro.

Embora garanta que não conversou com o presidente Sarney a esse respeito, o general Leônidas Pires insiste em ser idêntico ao presidente que o texto constitucional não deva ser mudado: "Ele (o presidente) já disse em discursos públicos, inclusive na Eceme, ano passado, que as Forças Armadas são responsáveis pela manutenção

da ordem interna e externa", observou o ministro do Exército.

## Lobby

Já o ministro da Aeronáutica, Octávio Moreira Lima, que voltou a defender a manutenção das atribuições das Forças Armadas, considera que o assunto pode ser resolvido. "A questão é dar uma redação ao artigo que se ajuste à tradição do anterior", acrescentando, porém, que está relativamente tranquilo com o lobby das Forças Armadas no Congresso Constituinte. "Os militares já têm seus homens, que são os assessores parlamentares que se encarregarão de fazer os contatos necessários com os constituintes".

Para o ministro do Exército, no entanto, os argumentos são tão ponderados que serão aceitos pela maioria dos constituintes. Ele tem tanta confiança nisso, que adianta um crédito aos futuros congressistas: "Nós teremos uma Carta Magna que é uma peça que corresponda aos desejos do povo brasileiro, e mais que isso, que corresponda aos nossos interesses".

O ex-ministro da Marinha almirante Maximiano da Fonseca também comentou o assunto. "O que está na Constituição, desde 1891, deve ser mantido", disse.

Os ministros militares também receberam ontem o apoio do prefeito do Rio, Saturnino Braga. Ele lembrou que é válido o princípio de que "as Forças Armadas são responsáveis pelos poderes constitucionais, a lei e a ordem" previstos nas Constituições republicanas.

## As diferenças

A polémica surgida em torno da missão constitucional das Forças Armadas decorre da alteração introduzida, principalmente, no artigo 91 da atual Carta Magna, que diz o seguinte: "As Forças Armadas, essenciais à execução da política da segurança nacional, destinam-se à defesa da Pátria e à garantia dos poderes constituídos, da lei e da ordem".

Já a Comissão Afonso Arinos achou por bem modificar o texto, mantendo apenas esta definição mais simples e direta: "As Forças Armadas destinam-se a assegurar a independência e a soberania do País, a integridade de seu território e os poderes constitucionais".

# Plebiscito

Um plebiscito para que a sociedade se manifeste sobre a nova Constituição, depois de promulgada pela Assembleia Nacional Constituinte. Essa é a idéia que começa a circular pelo Palácio do Planalto. O plebiscito, que poderia ser realizado no final de 1987, representaria,

uma saída para cercar de maior legitimidade o resultado dos trabalhos dos constituintes. O plebiscito também não representaria uma inovação inusitada. Em 1968, de Gaulle abstraiu os poderes da Assembleia Nacional e consultou o povo, através de um plebiscito, do qual saiu plenamente vencedor.